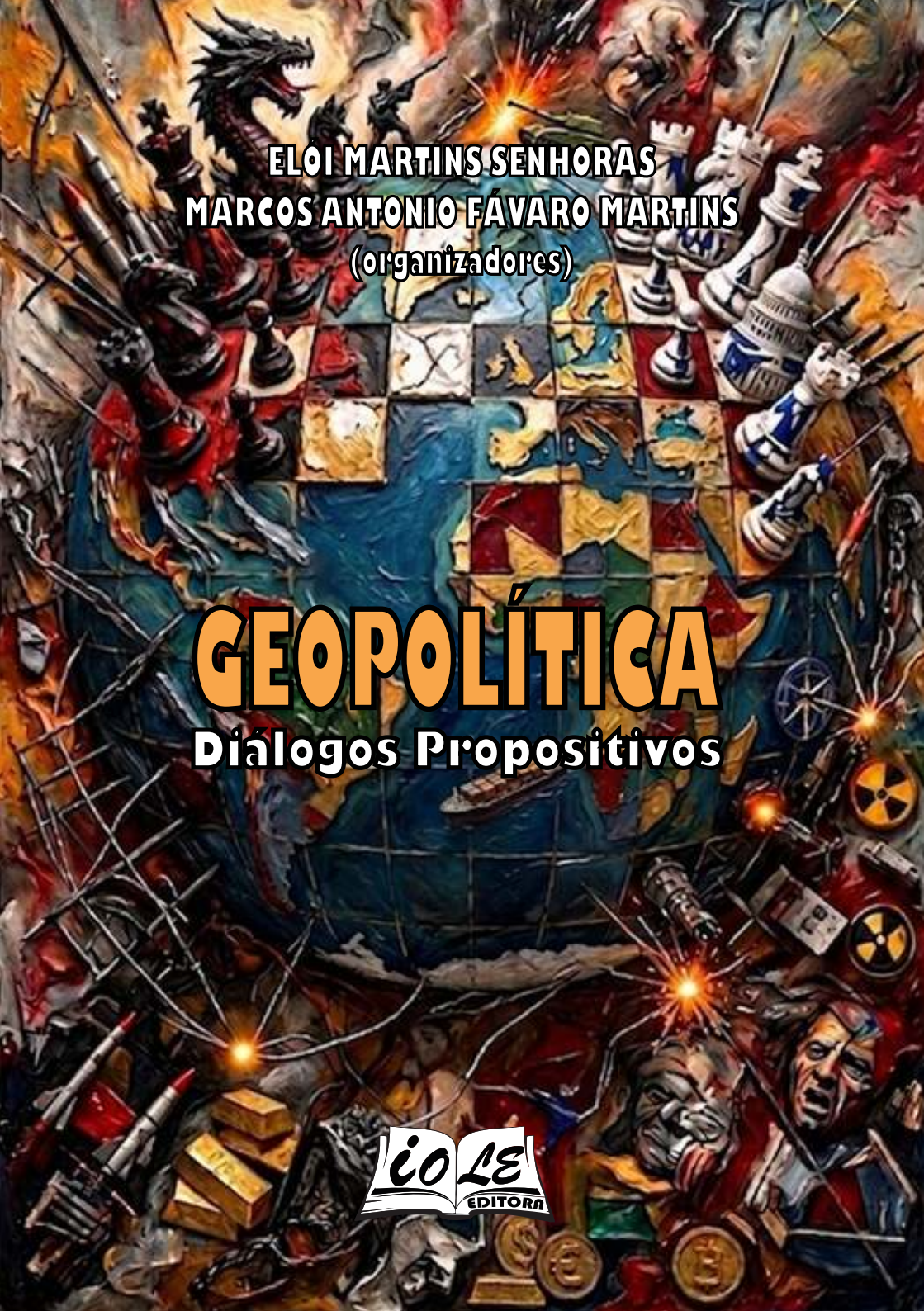
ELOI MARTINS SENHORAS
MARCOS ANTONIO FÁVARO MARTINS
(organizadores)

GEOPOLÍTICA

Diálogos Propositivos



EDITORA

GEOPOLÍTICA

Diálogos Propositivos

GEOPOLÍTICA

Diálogos Propositivos

ELÓI MARTINS SENHORAS
MARCOS ANTONIO FÁVARO MARTINS
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2026

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Geane Ribeiro Silva Monteiro

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se72 SENHORAS, Elói Martins; MARTINS, Marcos Antonio Fávaro (organizadores).

Geopolítica: Diálogos Propositivos. Boa Vista: Editora IOLE, 2026.

Série: Geografia. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-979656-8-7

1 - Estudos de Caso. 2 - Geografia. 3 - Geopolítica. 4 - Teoria.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Geografia. IV - Série

CDD–900

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.
O presente livro contou com avaliação às cegas no sistema double-blind-review.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2026

CAPÍTULO 8

Geopolítica da Reorganização da Ordem Mundial: China e Estados Unidos como Potências Revisionistas

GEOPOLÍTICA DA REORGANIZAÇÃO DA ORDEM MUNDIAL: CHINA E ESTADOS UNIDOS COMO POTÊNCIAS REVISIONISTAS

Vinicius dos Santos Santana[1]

Pablo Ibanez[2]

A ordem internacional passa por grandes transformações. Ao analisarmos o século XXI, veremos mudanças profundas associadas à dinâmica das grandes potências que têm capacidade de reorganizar as relações internacionais em escala planetária. A ascensão de países emergentes, com destaque para a China, que se consolidou como potência global e a reconfiguração de seu relacionamento com os EUA têm suscitado questionamentos ao arcabouço que sustentou a hegemonia ocidental nas últimas décadas. Assim, refletimos sobre um debate que, a nosso ver, passa a ser fundamental: o que seria uma potência revisionista no sistema internacional?

Mediante a polarização da geopolítica, de um lado temos a China, com seu projeto assentado em forte produção industrial e desenvolvimento tecnológico, resultando na expansão de sua influência pelo mundo. Além do mais, o país vem assumindo em seu discurso a necessidade do reforço à multipolaridade. Na dimensão da rivalidade, os Estados Unidos, diante do crescimento chinês, parecem questionar os próprios pilares da ordem liberal que

[1] Mestre em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail para contato: vinidsantana@gmail.com

[2] Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutor em Geografia. E-mail para contato: ibanez.pablo@gmail.com

ajudaram a construir, adotando uma postura isolacionista e relações internacionais cada vez mais baseadas em acordos bilaterais.

O presente artigo visa responder a essa indagação, enfocando as (re)ações da geopolítica sino-estadunidense. Para a análise, focalizaremos a política externa dos EUA, a partir do governo de Barack Obama e sua política "Pivô para Ásia" (PECEQUILO, 2017) como ponto de partida, associando-a ao enfrentamento da Crise de 2008.

Em resposta, o 12º Plano Quinquenal, elaborado pelo Partido Comunista Chinês (2011-2015), alterou o horizonte da posição chinesa em relação à Divisão Internacional do Trabalho em prol de maior influência no sistema internacional (DOSHI, 2021). Esses serão pontos nevrálgicos para a reformulação das relações desses dois gigantes.

Essas políticas terão reflexos na contemporaneidade no âmbito da dinâmica da guerra comercial EUA-China a partir do governo Trump com respostas à política de Circulação Dual adotada por Xi Jinping. A guerra comercial e a política de Circulação Dual são pontos de inflexão na dinâmica da disputa estratégica desses atores hegemônicos.

Outra questão importante é a forma como a geopolítica é analisada. Nos últimos governos, as análises de segurança internacional e a política de poder nos EUA apresentam forte viés da visão de confronto entre grandes potências. Essa perspectiva ressalta a anarquia do sistema mundial, na qual o crescimento de uma potência emergente causa insegurança e desequilíbrio de poder, resultando na busca constante por poder pelas demais potências que garantiriam a autopreservação ou manutenção de seu status quo. Assim, argumenta-se que o crescimento chinês representaria, na visão estadunidense, um declínio relativo de suas capacidades (ESTADOS UNIDOS, 2017).

Em diálogo com a teoria do (des)equilíbrio de poder no sistema internacional que ensejaria conflitos, entendemos também a importância da análise que valoriza a dimensão sistêmica da produção, pois a valorização do capital impõe ao Estado a defesa dos interesses de sua classe dominante.

Nessa lógica, o conflito não surgiria da anarquia do sistema, mas da competição intercapitalista que coloca as elites em constante competição, atrito e suspeição em termos globais (HARVEY, 2011). Essas percepções em relação ao mundo apontam para a dificuldade de possibilidades de cooperação e coordenação política no embate entre grandes potências (SARFATI, 2005).

METODOLOGIA

Para a realização do presente estudo, adotou-se a abordagem qualitativa, tendo como elemento central a pesquisa bibliográfica que trate da dinâmica das relações de poder e posturas revisionistas entre China e Estados Unidos no sistema internacional contemporâneo. As fontes analisadas compreenderam a produção acadêmica especializada, documentos elaborados por *think tanks* e instituições estratégicas, bem como reportagens da mídia sobre assuntos internacionais.

No que tange às fontes acadêmicas, enfatizaram-se artigos, livros e teses. Autores como Yan Xuetong (2019) e John Mearsheimer (2001) que versam sobre o embate no sistema internacional e David Harvey (2011), analisando as relações entre China e EUA na esfera da reprodução do capital, foram autores referenciais. Afora os pesquisadores citados, José Luís Fiori (2018) tem grande contribuição para a temática.

Acerca dos documentos estratégicos de *think tanks* e instituições governamentais, foram analisados relatórios do Council on Foreign Relations (CFR), do China Institute of International Studies (CIIS), além de textos fundamentais do Departamento de Defesa dos EUA e White Papers chineses. A importância dessa análise é a possibilidade de decifrar as narrativas construídas por esses atores e a forma como as suas imagens foram (re)construídas, afetando suas percepções mútuas e seus "revisionismos".

Entre as limitações inerentes ao método escolhido, destacam-se, em primeiro lugar, a velocidade dos acontecimentos geopolíticos, uma vez que novos eventos podem produzir impactos distintos e ressignificar contextos previamente estabelecidos; em segundo, a limitada disponibilidade de dados por parte do governo chinês e os possíveis vieses políticos de determinados *think tanks*, cujas análises podem refletir as agendas de suas agências de fomento. Tais fatores exigem cautela na interpretação das fontes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão da ordem internacional

Ao analisar a geopolítica mundial nas últimas décadas, destacam-se duas perspectivas que dominaram a interpretação das relações de poder entre os países: a liberal e a realista. A perspectiva liberal ganhou força em meios acadêmicos com o fim da Guerra Fria e com a ascensão do neoliberalismo e da globalização. A transnacionalização de empresas e de instituições passou a ser compreendida como um fator de organização em um mundo anteriormente concebido como anárquico.

A visão neoliberal nas relações internacionais tende a privilegiar a ideia de que os Estados se relacionam e estreitam suas trocas com a preocupação de maximizar o seu poder. Nesse caso, os ganhos absolutos motivam os países diante de uma situação de cooperação, sendo menos importante se outros Estados estão ganhando mais ou menos que eles porque uma negociação não é exatamente uma competição. A inclusão em uma teia de relações e de cadeias produtivas permitiria potencializar os ganhos num mundo globalizado no qual relações mais vantajosas e menos vantajosas seriam possibilidades a serem alcançadas, avaliadas e redirecionadas no funcionar da autorregulação do sistema.

As trocas nos âmbitos citados reduziriam a centralidade da força militar (*hard power*) como instrumento de poder. Assim, Nye (2011) argumenta que a posição de liderança global só pode ser exercida pela conjugação do poder bruto (*hard power*), manifesto na força militar, com o poder brando (*soft power*), resultando no que chamou de "*smart power*". O uso exclusivo do poder bruto pode causar resistência e ser visto como tirania; por sua vez, o poder brando, sem o respaldo do aparato militar, pode ser percebido como uma ameaça vazia ou um blefe.

Dessa forma, o período das relações internacionais pós-Guerra Fria poderia ser associado a níveis reduzidos de competição política, ideológica e militar aberta entre os principais estados do mundo, "[...] ao projetar o futuro o conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos […] declara que a utilidade da força militar está declinando no século 21" (NYE, 2011, p. 53). O emprego de meios modernos de guerra, como as armas nucleares, bem como o custo e a ineficácia das ocupações, associados a uma crescente ética antimilitarista, seriam razões que sustentariam essa lógica.

Ainda segundo o autor, ele não defendia o fim de conflitos. Em sua percepção, o conflito armado não desapareceria, mas a guerra interestatal estaria se tornando menos comum, dando lugar a

disputas econômicas e a conflitos envolvendo elementos transnacionais e atores estatais. Na visão internacionalista liberal, a hegemonia se baseia na interdependência, cooperação e cooptação, e não somente pelo pleno uso da força. “Por meio da crença no poder pacificador dos mercados, os Estados Unidos pregavam que chegara o momento de estabelecer-se um império mundial cosmopolita, pacífico e democrático, sob sua liderança benevolente” (FIORI, 2005, p. 97).

> A América tem o monopólio do poder militar global, uma economia incomparável e uma inovação tecnológica inigualável, o que lhe confere uma influência política mundial única. Além disso, há um reconhecimento generalizado, ainda que não dito, de que o sistema internacional precisa de um estabilizador efetivo, e que a alternativa mais provável a curto prazo para o papel mundial americano é o caos (BRZEZINSKI, 2001, p. 192).

Ao mesmo tempo em que houve a expansão do poder estadunidense demarcando normas, regimes e instituições, novas potências também buscaram se utilizar das mesmas regras do sistema interestatal em benefício próprio. O aumento do poder de novas potências e o impacto da concorrência na potência hegemônica Estados Unidos trouxeram ao questionamento a ideia de domínio americano, traduzido em uma unipolaridade bélica e não econômica.

Kennedy (1989), observando o surgimento e queda de grandes potências, ressalta que a força relativa dos países nunca permanece constante. Sua afirmativa se baseia no crescimento econômico desigual dos diferentes países e na obtenção de inovações e organizações que proporcionam vantagens de uns sobre outros.

Seguindo a sua lógica, quanto maior a capacidade econômica de um Estado, maior a sua facilidade em abastecer suas forças em tempos de guerra ou de produzir armamentos em tempo de paz.

Vale ressaltar, mediante o protagonismo crescente da China, o debate sobre hegemonia das grandes potências ganhou centralidade. Nesse contexto, a observação de Keohane (1984) é relevante: o autor argumenta que a perspectiva neoliberal institucionalista é irrelevante para o sistema internacional quando não há interesses convergentes entre os diferentes atores.

Embora Nye dê preeminência à interdependência e à cooperação, pensadores de tradição realista, como Kennedy (1989), Waltz (1979) e Mearsheimer (2001), têm uma visão mais cética sobre a estabilidade do sistema internacional. Para os realistas, o mundo possui um sistema internacional anárquico no qual o crescimento das capacidades de um país se traduz na redução relativa de outro. Quem não cresce, invariavelmente decresce em relação aos demais.

Nesse sentido, com o fim da Guerra Fria havia a esperança de tempos de paz nos quais os gastos militares arrefeceriam e a cooperação e interdependência sobrepujariam a guerra. A esperança se assentava na dinâmica de mercado que tornaria os países mais interdependentes e a guerra mais onerosa.

Todavia, os documentos de defesa dos EUA (2017), "*Great Powers Competition*", leem o mundo dentro da lógica de competição entre os países, e nessa querela se alguma nação é atualmente poderosa e rica, isso não depende, exclusivamente, da fartura ou segurança de sua força e prosperidade, mas sobretudo de terem os seus rivais menos acesso a esse poder e riqueza.

A ênfase no domínio e supremacia estadunidense pelos formuladores de política do país tem deslocado a leitura do Estado do viés liberal de interdependência para o viés realista da disputa

entre grandes potências. No panorama realista, a ascensão de novos países emergentes reforça a multipolaridade. Por sua vez, a multipolaridade econômica reforça a potencialidade bélica de Estados, pois para manter-se dominante, a grande potência reforçaria o seu gasto armamentista, e o surgimento de uma potência emergente revisionista teria o poder de deflagrar uma corrida armamentista em nível global.

A unipolaridade bélica exercida na imposição militar para abertura de mercados, financiada pelo governo dos EUA, e posteriormente o surgimento de potências em ascensão foram fatores para que os gastos americanos não diminuíssem. A manutenção de altos gastos militares ocorreu mesmo em período de relativa paz internacional, ou seja, com o arrefecer de possibilidades de guerra entre grandes blocos como as Guerras Mundiais e a Guerra Fria.

Nesse sentido, a China como potência emergente pressiona o gasto bélico dos EUA, que se sentem ameaçados pelo desequilíbrio de poder. Por sua vez, a China amplia o seu poder bélico para não sofrer dissuasão. Os países vizinhos à China, temendo essa nova dinâmica de forças, passam a endividar-se em prol do militarismo para fazer frente à nova potência regional. Qual o limite dos gastos? Para a tradição realista, à qual este trecho se filia, a única forma de estabilização duradoura do sistema seria a consolidação de uma nova relação de poder — hipótese que, em tese, implicaria a queda de uma das potências rivais.

A ascensão meteórica chinesa, assim como a reação estadunidense, sugere que a ordem internacional está em transição. Enquanto a interdependência e a cooperação permanecem relevantes, a competição entre grandes potências e a elevação dos gastos bélicos apontam para um equilíbrio tênue, ou seja, para uma estabilidade global que vem se enfraquecendo. O desafio para o século XXI será criar um equilíbrio entre as forças contraditórias em paralelo a uma ordem mais justa e inclusiva.

O revisionismo norte-americano

A estrutura geográfica da economia mundial se transformou com a ascensão da China e de outros Estados no que denominamos a dimensão multipolar da ordem mundial. Estes países se configuraram como partícipes ativos nas trocas comerciais, financeiras e culturais que ensejam a globalização. Os Estados Unidos estão profundamente ligados a esse sistema em evolução e, por mais que queiram, não podem/conseguem mais agir como se fossem autônomos dele.

> […] A ironia aqui é que essa dependência reflete em parte a própria vitória na Guerra Fria que a América oficial tão fervorosamente desejava, mas agora pode ter motivos para se arrepender. O fim da Guerra Fria trouxe o colapso da mais importante oposição ideológica à ideia de sociedade de mercado como o ideal global. Desde então, China, Rússia e outros países que eram até então bastiões de economias produtoras de bens de capital de comando estatal se converteram ao modelo de consumo pioneiro nos Estados Unidos e patrocinado pelo governo dos EUA. Alguns deles — a China em particular — parecem prontos para substituir os Estados Unidos como a âncora da globalização se eles partirem longe demais na caça inútil de uma guerra sem fim contra o terrorismo (AGNEW, 2005, p. 228).

A posse de Obama simbolizou um período de mudanças na geopolítica dos EUA. “Na política externa, a formação de um novo pacto pela governança global e o fim da GWT (*Global War on Terror*), do unilateralismo e militarismo da era W. Bush simbolizavam a retomada do consenso da Guerra Fria e do perfil da

hegemonia liberal" (PECEQUILO, 2017). Um dos esforços de seu governo foi tentar redefinir a visão norte-americana do mundo e recolocar os EUA como um Estado com uma visão liderante com base em princípios e ideias adaptadas aos desafios emergentes do século XXI. Uma dessas questões era a relação com a China.

Ao longo do período pós-Guerra Fria, os governos de Bush (pai e filho) e de Clinton entenderam a China não como uma ameaça, mas como possível parceiro econômico. A derrocada do socialismo e a abertura econômica da URSS, sua fragmentação e o domínio neoliberal indicavam o caminho que as nações socialistas deveriam seguir. Como a China se trataria de um grande ator global, a visão é que ocasionalmente poderiam ocorrer choques na relação sino-estadunidense; contudo, os interesses de longo prazo chineses seriam melhor atendidos observando padrões comuns.

> A China pode, portanto, não se tornar nem um aliado formal nem um inimigo declarado da América, mas um importante participante no sistema internacional em evolução, cada vez mais atendendo e aceitando de má vontade mais e mais das convenções desse sistema (BRZEZINSKI, 2001, p. 16).

A visão de Brzezinski sobre o dragão asiático era de certa desconfiança, mas não de menosprezo: "A China é grande demais para ser ignorada, velha demais para ser menosprezada, fraca demais para ser apaziguada e ambiciosa demais para ser tomada como certa" (2001, p. 06). A opinião é de algum modo compartilhada por outros autores que entendiam que a China estava longe de constituir um poder subversivo capaz de transformar a ordem global neoliberal existente, porque ela seria a maior beneficiada dessa ordem (HUNG, 2016).

A ascensão da superpotência asiática é fruto da ordem internacional calcada na globalização de mercado que foi construída em uma relação em regra positiva entre a China e os Estados Unidos. Desde a ocasião decisiva de ingresso da China, em 2001, na Organização Mundial do Comércio (OMC), as economias sino-estadunidenses mostraram-se cada vez mais simbióticas. “A adesão da China à OMC e a regularização das relações comerciais normais entre os Estados Unidos e a China seriam passos significativos na integração gradual da China na economia mundial” (BRZEZINSKI, 2001, p. 15).

A presidência de Obama transforma esse paradigma a partir da política do Pivô para Ásia. Se por um lado há o reconhecimento da China enquanto uma potência e realização de diálogos para enfrentar a crise financeira e para adentrá-la na ordem vigente, por outro houve a disposição de uma dinâmica de contenção em virtude de conter o avanço do poderio chinês e de balancear a dinâmica das relações regionais em favor dos aliados estadunidenses.

No plano doméstico, após os dois governos de Obama, o partido democrata enfrentava problemas. Uma das questões observadas foi a percepção de que a globalização tem produzido uma economia mundial na qual há uma incompatibilidade fundamental entre as geografias econômicas locais e as políticas globais.

À medida que os países começaram a se adequar aos novos padrões liberais, a soberania do Estado apareceria cada vez mais como uma barreira. A ideologia neoliberal influenciou retrocessos do Estado precisamente naquelas áreas de maior realização democrática, influenciando uma onda de desregulação que impactou, por exemplo, direitos de bem-estar, benefícios de desemprego, saúde pública e regulamentação das condições de trabalho. Tais direitos são considerados financeiramente insustentáveis, uma vez que normas minimalistas de regulamentação trabalhista seguem a abertura dos mercados domésticos.

Em outros termos, num mundo globalizado, o crescimento econômico local está atrelado à participação em redes globais. Contudo, para que possa participar dessas redes é necessária a redução de barreiras ao capital. Uma dessas barreiras é a regulação do trabalho, que precisa ser flexibilizada: "consequentemente, muitos americanos se veem com uma sensação cada vez maior de insegurança e perda de controle, algo que outros já vivenciam há muito tempo" (AGNEW, 2005, p. 224).

O sentimento de que o crescimento não se traduziu em amplos benefícios locais levantou questionamentos sobre a eficácia de tais políticas vigentes e foi apropriado por políticos de extrema direita. A noção de perda foi latente nos EUA e foi acompanhada da retórica de culpar os outros, dentro e fora de casa. Nesse discurso, a política interna seria corrupta, ineficiente e, por isso, houve a negação do sistema que não defenderia o interesse dos cidadãos norte-americanos. A partir dessa interlocução, China e o México se tornam os grandes vilões pela desindustrialização, perda de empregos e déficit comercial devido ao excesso de importações (China) e pelo Acordo de Livre Comércio da América do Norte (México com o NAFTA). As fronteiras seriam o último elemento a ser controlado.

> […] Por que fazer um Acordo Transpacífico se os empregos norte-americanos não voltaram para todos? Por que não defender o 'Compre Americano, Empregue Americano' (Buy American, Hire American) ao invés disso? O que adianta encerrar as guerras no Oriente Médio se os imigrantes e os terroristas continuavam em ação no país e no Estado Islâmico? E o tráfico de drogas e os imigrantes ilegais? E por que acreditar no aquecimento global se isso pode diminuir o crescimento? Estas foram algumas das perguntas colocadas, exploradas e respondidas por Trump: a culpa era da política e dos

> políticos de Washington, tanto republicanos quanto democratas (PECEQUILO, 2017, p. 352).

A aceitação dessa narrativa se converteu na eleição de alguém que se pôs como *outsider*, Donald Trump, à presidência. No escopo de seu discurso, a política de "América Primeiro" (*America First*), que iria "fazer a América grande de novo" (*Make America Great Again*), transformaria a vida dos cidadãos desiludidos e desencantados da globalização.

A Doutrina Trump traz o resgate da configuração isolacionista, baseada em um paradigma estratégico de fortalecimento do Estado norte-americano a partir da proteção do seu mercado interno e da repatriação da sua indústria nacional. Essa política fomenta a Guerra Comercial com a China.

É precisamente neste contexto que a rivalidade EUA-China se manifesta. Dentro da dinâmica de disputa internacional, da política do Pivô da Ásia, promulgada por Obama em seu primeiro mandato, à imposição de sanções contra a Rússia em seu segundo mandato em resposta à anexação da Crimeia, a geopolítica mundial foi assumindo novos contornos. Sob Trump, foi dada centralidade à "Competição de Grandes Poderes" como o princípio organizador da Estratégia de Segurança Nacional de 2017.

O intenso crescimento econômico, coligado à ampliação de sua influência política e ao seu fortalecimento militar, elevou a China à estatura dos grandes atores do sistema mundial. Sob tal ponto de vista, a guerra comercial implementada a partir do "America First" (vigente e ampliada) e a guerra Rússia-Ucrânia são respostas à expansão e a tentativas de contenção.

Assim, o crescimento chinês representaria, na visão estadunidense, um declínio relativo de suas capacidades (ESTADOS UNIDOS, 2017). A visão dos formuladores de políticas nos EUA e

a própria dinâmica do sistema internacional sob a influência da competição intercapitalista trazem a percepção da ascensão da potência asiática como uma ameaça à hegemonia estadunidense, resultando em xeque aos princípios da globalização e do liberalismo econômico pelo país ameaçado.

Os Estados Unidos parecem adotar medidas que, em última instância, desafiam a ordem que eles mesmos estabeleceram. É interessante perceber que um projeto de hegemonia não se assenta sobre a manutenção de uma ordem, mas na criação e recriação de ordens internacionais que mantenham a hegemonia do ator que hierarquiza as relações internacionais.

Segundo os relatórios de defesa dos EUA, a ascensão sino-russa como potências globais tem resultados para além da crescente corrida armamentista. Esses países questionariam as bases do domínio estadunidense e, consequentemente, desafiariam a ordem da globalização assentada em parâmetros definidos pelo Ocidente.

Todavia, para os EUA, mesmo tratando-se de potências revisionistas, seria a China a única concorrente com a intenção e a capacidade de remodelar a ordem internacional em uma miríade de possibilidades, passando da dimensão diplomática e tecnológica até a de poder militar. Segundo essa leitura, o crescimento exponencial do país e o que se aponta como sua primazia em setores tecnológicos específicos marcariam um momento em que o mundo assumiria, cada vez mais, características “chinesas” — argumento que, por sua abrangência, requer melhor delimitação empírica.

> A superpotência asiática está usando sua capacidade tecnológica e crescente influência sobre instituições internacionais para criar condições mais permissivas para seu próprio modelo autoritário e para moldar o uso e as normas globais da tecnologia para privilegiar

> seus interesses e valores (ESTADOS UNIDOS, 2022, p. 23).

Temos a construção ideológica de um novo momento das relações estadunidenses com o mundo. A competição entre grandes potências é usada como um argumento para o rearranjo da política econômica norte-americana, sendo empregada no sentido de ratificação da hegemonia norte-americana e de apoio à política externa que passa a ter como elemento central a contenção da ascensão e expansão de poder chinesa (OLIVEIRA, 2021). Nesse sentido, a política e a diplomacia se configurariam como formas de ajuste em relações de equilíbrio e manutenção de poder no sistema.

O primeiro confronto, o "America First", se deu na economia, que tem se configurado como um campo de batalha associado a disputas geopolíticas (BLACKWILL; HARRIS, 2016). Nesse recorte, a disputa entre potências exerce a condição de principal mecanismo impulsionador das transformações mais profundas no sistema internacional.

Ao verificarmos o uso da disputa entre grandes potências como mecanismo impulsionador de mudança, a construção da ordem internacional após a Segunda Guerra Mundial e a sua reconstrução após a crise da década de 1970 apontam para a instabilidade dos arranjos de poder, na qual a potência hegemônica está longe de ser um estabilizador do sistema, mas, pelo contrário, o reconstrói ao seu bel-prazer. Sob esse prisma, Fiori (1993) escreve ao analisar a crise supracitada e a transformação da ordem internacional:

> Quando o cenário mundial se reordena e a estagnação é superada, o quadro econômico estrutural está radicalmente modificado. É clara a existência, já em pleno funcionamento, de um novo padrão tecnológico e organizacional da produção. O sistema financeiro

> internacional se altera radicalmente, e a divisão internacional do trabalho entre corporações, países, regiões etc. é redesenhada […]. Os Estados Unidos são reconduzidos ao comando de um império que, com a derrota do Iraque e a dissolução do bloco soviético, alcança um nível de inquestionabilidade sem precedente na história humana (FIORI, 1993, p. 394).

A grande potência não apenas define as regras do sistema internacional e atua como mantenedora do equilíbrio; ela busca constituir-se como a própria ordem global. A hierarquização criada no jogo de poder atende aos interesses do *hegemon*, e quando novas potências jogam o jogo de poder e colocam o seu domínio em xeque, a nação hegemônica tende a mudar a regra do jogo, garantindo condições que lhe favoreçam em detrimento das demais.

Nesse sentido, Mearsheimer (2001) observa que a estabilidade do sistema só ocorre em momentos nos quais o domínio da grande potência vigente não é ameaçado. Quando posto em risco, o *hegemon* tende a reconfigurar toda a ordem, pois "os impérios não têm interesse em operar dentro de um sistema internacional; eles aspiram a ser o próprio sistema internacional" (FIORI, 2005, p. 69).

Esta percepção tem como respaldo a ação histórica dos EUA ao longo de sua supremacia, que na ambição por hegemonia cria um paradoxo. Na visão de Mearsheimer e Fiori, toda grande potência se sente obrigada a expandir o seu poder. Essa busca não apresenta um limite, pois ela é relacional, está submetida à competição dos demais Estados e, por isso, cada ente buscará aumentar seu poder até o limite do monopólio absoluto e global. Logo, o crescimento do *hegemon* dá força à busca por poder pelos demais participantes do sistema internacional, que é lido como anárquico e como um jogo de soma zero no âmbito da disputa das grandes potências.

O revisionismo chinês

Para Mearsheimer (2001), a política externa dos EUA de "engajamento", que visava promover a integração econômica da potência asiática e estimular sua democratização, estaria condenada ao fracasso. Uma China rica, e mesmo se tornando democrática, ainda estaria motivada pela busca por segurança e, portanto, pela hegemonia regional.

Ainda segundo o autor, um crescimento econômico robusto e continuado, que tornasse a nação asiática a mais rica do mundo ou próxima a isso, a posicionaria como um concorrente muito mais poderoso e perigoso do que qualquer rival que os EUA enfrentaram no século XX (como a Alemanha ou a União Soviética). Na visão realista ofensiva do autor, se a China se tornasse uma potência econômica, ela quase certamente converteria esse poder em poderio militar e tentaria alcançar a hegemonia no Nordeste Asiático, comportando-se como uma potência agressiva.

Nesse contexto, a percepção e os planos estadunidenses fortalecem as inquietações do PCCh acerca de sua relação com os países ocidentais, sobretudo com os EUA, desde o fim da URSS: percepção de enfrentamento; sentimento de que o Ocidente os cerca e os ataca; e necessidade de fortalecimento da identidade da nação para garantia da soberania. Ao se perceber em constante ameaça, a China buscou na interdependência com o Ocidente um freio às suas vulnerabilidades (DOSHI, 2021).

Os líderes do Partido Comunista sabiam que um rompimento no relacionamento com o Ocidente levaria a um declínio drástico no acesso ao capital e à tecnologia estrangeira (BRZEZINSKI, 2001); por isso, os chineses evitaram ao máximo estabelecer uma posição conflitante — *Tao guang yang hui* (韬光养晦) — "manter um perfil discreto", ou seja, esconder sua força e esperar seu momento,

estratégia adotada desde a abertura de Deng Xiaoping, que tinha como objetivo assegurar um ambiente internacional pacífico para a China se desenvolver internamente, adotando um baixo perfil nas relações exteriores.

A partir da compreensão dessa nuance da competição entre grandes poderes e da percepção de enfrentamento em relação ao Ocidente, a grande estratégia do dragão oriental envolveria duas fases principais: primeiro, neutralizar/conter o poder dos EUA; segundo, construir as próprias formas de controle sobre outros Estados, como evidenciado por investimentos militares assimétricos e iniciativas econômicas como a *Belt and Road Initiative* (BRI) (DOSHI, 2021).

Para Doshi, estados emergentes como a China poderiam desarticular pacificamente potências hegemônicas como os Estados Unidos por intermédio de duas táticas amplas, geralmente seguidas em sequência: a primeira seria a de enfraquecer o exercício hegemônico e suas formas de controle sobre o Estado em ascensão, pois nenhuma potência emergente conseguiria rivalizar quanto à hegemonia estando sob a tutela de uma grande potência.

Para alcançar esse objetivo, o principal meio para viabilizar a sua grande estratégia foi a industrialização. Por este caminho, o país buscou a redução da dependência a partir da internalização e assimilação do progresso técnico ocidental e, na atualidade, a nação asiática procura consolidar-se como um centro inovativo mundial (JIN, 2024).

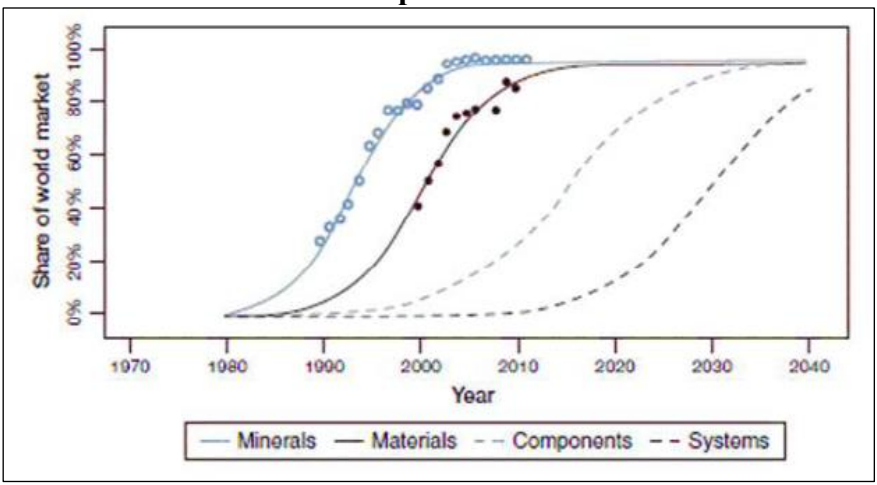
O desenvolvimento tecnológico chinês é um dos fundamentos para suplantar essa questão. Para isso, o país tentou diminuir a sua dependência externa, ampliando o seu mercado interno e transitando do "*made in China*" para o "*designed in China*". Deste modo, a China direcionou o seu ímpeto para o

investimento em tecnologia e apoiou projetos nas áreas de educação, ciência e tecnologia.

Com essa ação, o país fortaleceu seu sistema de propriedade intelectual e ampliou os investimentos voltados à formação de mão de obra qualificada e produtiva, bem como ao fortalecimento do consumo interno. Em seguida, a China implementou instrumentos para alterar as bases de sustentação da acumulação, de forma a capacitá-la a ser cada vez mais autônoma em relação às ações de acumulação do governo dos Estados Unidos.

A circulação dual de Xi Jinping almeja a expansão do mercado interno ao mesmo tempo que visa à manutenção do país enquanto fábrica do mundo, concentrando as suas exportações em produtos de maior valor agregado como painéis solares, carros elétricos e baterias. O projeto chinês busca colocar o país no centro da inovação em setores como IA, computação quântica, entre outros.

Gráfico 1 - Participação de mercado da China nas etapas da cadeia de valor



Fonte: Abraham (2017).

Para alcançar a sua grande estratégia, a nação asiática buscou a integração global e o domínio sobre as cadeias de produção. Os planos partem do domínio da produção de minerais, seguindo para a produção de materiais e componentes, e finalizariam no controle sobre sistemas. Dessa forma, mediante o controle sobre a cadeia de valor dos metais, sobretudo da produção de metais e foco na produção e refino de terras raras, a China visou influenciar a produção de bens de alta tecnologia, desde computadores a trens, e seus componentes, bem como limitar o desenvolvimento de concorrentes a partir do controle de minerais que são a base da produção.

Essa mudança de percurso ficou explícita a partir do 12º Plano Quinquenal elaborado pelo Partido Comunista Chinês, abrangendo o período de 2011 a 2015 (CHEUNG, 2023). O ano de inauguração do plano, 2011, também é o ano em que a China assume a preponderância no registro de patentes, superando países tradicionais como EUA, Japão e Alemanha.

Portanto, ainda segundo Abraham (2017), a política industrial chinesa foi pensada a partir da integração vertical, na qual o país tem consolidado seu controle da produção desde a extração até o produto final de alto valor agregado, usando seus próprios materiais para fabricação de alta tecnologia e utilizando sua própria mão de obra e, por fim, buscando reduzir sua subordinação a potências estrangeiras ao mesmo tempo que as tornava dependentes.

A estratégia chinesa de integração vertical atendia a múltiplos anseios. Ela conseguiria garantir a inserção da China no mundo globalizado capitalista, pois seria um importante elo da cadeia produtiva, ao mesmo tempo em que criaria forte dependência do mundo a seus produtos. Por fim, a longo prazo, o país seria autossuficiente na cadeia de produção de alto valor ao concentrar verticalmente a produção, desde a extração e refino de minerais até o desenvolvimento de componentes e sistemas avançados.

A importância do domínio tecnológico e de cadeias produtivas de alto valor está na obtenção de vantagem competitiva global, que teria o poder de ditar os vencedores e perdedores geopolíticos. No mundo contemporâneo, o poder das nações está menos relacionado ao conflito de exércitos e mais ao domínio da tecnologia de ponta e da segurança cibernética (JIN, 2024). Nesse quesito, a rivalidade tecnológica é crescentemente vista pela lente estreita da segurança nacional devido ao uso dual da tecnologia - civil/militar (CHEUNG, 2023).

Para alcançar a segunda estratégia, haveria a necessidade de construir formas de controle/influência sobre os outros, pois é necessário atrair outros com barganhas consensuais e legitimidade, de modo que eles se sintam obrigados a seguir as preferências do Estado emergente (DOSHI, 2021).

A Nova Rota da Seda, promulgada em 2013, vem nesse contexto. Esta Rota exploraria a retórica cooperativa, imprimindo o *soft power* chinês para angariar o favor e a simpatia junto a potenciais parceiros ao promover investimentos e grandes projetos de construção civil, como forma de fomentar a integração econômica regional, estabelecendo parcerias comerciais e fortalecendo laços diplomáticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para responder diretamente à pergunta que dá título a este artigo: tanto China quanto Estados Unidos atuam, cada um a seu modo, como potências revisionistas na ordem internacional contemporânea. Essa dupla revisão pode ser distinguida por critérios distintos. Os Estados Unidos revisam a ordem liberal que eles próprios construíram, deslocando-se de uma postura de garantidor

multilateral para uma postura defensiva e crescentemente unilateral; expressa no Pivô para Ásia, na guerra comercial e na doutrina "América Primeiro", na tentativa de conter o avanço relativo da China e preservar sua primazia. A China, por sua vez, revisa sua própria inserção internacional ao abandonar o baixo perfil (*Tao guang yang hui*) em favor de uma postura mais assertiva, buscando autonomia tecnológica, integração vertical das cadeias produtivas e ampliação de sua influência global por meio de iniciativas como a BRI.

Os Estados Unidos revisam a ordem a partir de sua posição hegemônica, enquanto a China a revisa a partir de sua condição de potência ascendente, combinando participação nas estruturas existentes com a construção de mecanismos próprios de influência. As principais consequências dessa dupla revisão são o enfraquecimento da cooperação multilateral, a intensificação da competição tecnológica e armamentista, e uma transição hegemônica cujo desfecho permanece em aberto.

Nesses termos, surge o questionamento: a paz via mercado e por relações multilaterais, sonhada pelo viés liberal nas relações internacionais, estaria fadada a momentos de excepcionalidade? O propalado destino comum difundido pelos chineses seria um instrumento de criação de uma nova hegemonia?

A questão que permanece, portanto, não consiste em identificar qual das duas potências seria revisionista, mas em compreender em quais dimensões cada uma busca preservar elementos da ordem existente e em quais procura transformá-los. Essa tensão entre manutenção e transformação evidencia o próprio caráter contraditório do conceito de revisionismo diante de um sistema internacional em permanente mudança.

A transição hegemônica, ou seja, a revisão do sistema, não é algo inédito. O domínio de um país não esteve associado a um

consenso ou a uma eleição democrática, mas o controle foi e continua sendo uma posição de poder disputada e, por isso também, transitória. O caráter caótico do sistema de Estados, visível na ausência de harmonia e convergência de interesses entre as grandes potências ("governança mundial"), poderia supor a existência de um único sistema político, em que as divergências pudessem ser solucionadas democraticamente.

Contudo, no nosso sistema mundial a única probabilidade de realização de uma jurisdição política unificada seria sob o mando de um império global, que é, por definição, o oposto de um sistema internacional. Para Fiori (2005, p. 69), "os impérios não têm interesse em operar dentro de um sistema internacional; eles aspiram a ser o próprio sistema internacional".

Ainda seguindo a lógica do autor, se a concorrência acabasse, as potências líderes ou hegemônicas também perderiam força, entrando em condição de homogeneização entrópica. Logo, a grande potência, bem como todos os demais países, e, por conseguinte, todo o sistema mundial se desorganizaria. Por isto, ao contrário da utopia hegemônica, nunca houve nem poderá existir, nos moldes do sistema atual, uma paz perpétua, nem hegemonia que alcance uma estabilidade perpétua. Ao contrário da paz, trata-se de um sistema que precisa da guerra e das crises para poder se (re)ordenar e se estabilizar.

Se o século XX foi marcado pela hegemonia ocidental, muitos especialistas apregoam o fim da ordem liberal internacional e uma possível desglobalização, com a transição do eixo de controle mundial para a Ásia. Dentro dessa passagem, uma causa para esse movimento é o aumento da pressão competitiva no sistema interestatal. Concordando com os argumentos de Fiori (2005), acredita-se que as próximas décadas serão de transformação no sistema mundial e que se atravessará um prolongado período de turbulências e guerras motivadas por mudanças súbitas e inesperadas

e, também, por alianças cada vez mais instáveis, reorganizando todo o sistema.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, D. S. **The Elements of Power**: Gadgets, Guns, and the Struggle for a Sustainable Future in the Rare Metal Age. New Haven: Yale University Press, 2017.

AGNEW, J. **Hegemony**: The New Shape of Global Power. Philadelphia: Temple University Press, 2005.

BLACKWILL, R. D.; HARRIS, J. M. **War by Other Means**: Geoeconomics and Statecraft. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

BRZEZINSKI, Z. **The Geostrategic Triad**: Living with China, Europe, and Russia. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2001.

CHEUNG, T. M. **Innovate to Dominate**: The Rise of the Chinese Techno-Security State. Ithaca: Cornell University Press, 2023.

DOSHI, R. **The Long Game**: China‘s Grand Strategy to Displace American Order. New York: Oxford University Press, 2021.

ESTADOS UNIDOS. **National Security Strategy of the United States of America**. Washington: The White House, 2017.

ESTADOS UNIDOS. **National Security Strategy of the United States of America**. Washington: The White House, 2022.

FIORI, J. L. “Sobre o poder global”. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 73, 2005.

FIORI, J. L. “A síndrome de Babel e a nova doutrina de segurança dos Estados Unidos”. **Revista Tempo do Mundo**, vol. 4, n. 2, 2018.

FIORI, J. L. “Sobre a crise contemporânea: uma nota perplexa”. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 9, n. 2, 1993.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

HUNG, H. **The China Boom**: Why China Will Not Rule the World. New York: Columbia University Press, 2016.

JIN, K. **A Nova China**: como a nova geração de líderes chineses está mudando o país e o mundo. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2024.

KENNEDY, P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

KEOHANE, R. **After Hegemony**: Cooperation and Discord in the World Economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.

MEARSHEIMER, J. J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W. W. Norton and Company, 2001.

NYE, J. S. **O Futuro do Poder**. São Paulo: Editora Benvirá, 2011.

OLIVEIRA, A. C. G. “Os percalços da política externa norte-americana em direção à Ásia: uma análise realista neoclássica do

Pivô para a Ásia no governo de Barack Obama (2009-2016)". **Conjuntura Austral**, vol. 12, n. 57, 2021.

PECEQUILO, C. S. "Os Estados Unidos de H. Bush a Donald J. Trump (1989/2017): dinâmicas políticas de consenso e polarização". **Esboços: Histórias em Contextos Globais**, vol. 24, 2017.

SARFATI, G. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

YAN, X. **Leadership and the Rise of Great Powers**. New Jersey: Princeton University Press, 2019.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.